

AMC p1 1988
20 MAI 1988
GAZETA MERCANTIL

Educação terá mais recursos

por Ana Cristina Magalhães
de Brasília

A Assembléia Constituinte ampliou ontem em 5 pontos percentuais a proporção da receita dos impostos que a União é obrigada a aplicar na educação. A participação passou de 13 para 18% e foi mantido o percentual de 25 para os estados e municípios.

O detalhado capítulo da educação, cujo texto resultou de um acordo entre as lideranças e foi aprovado pela quase unanimidade dos constituintes — 443 votos favoráveis, 2 contra e 3 abstenções —, traz duas inovações em relação às escolas privadas.

Por um lado, elas não receberão mais recursos públicos, como autoriza a atual Constituição. Em compensação, o governo fica impedido de fixar o valor das mensalidades cobradas por essas escolas. A gestão do ensino é livre à iniciativa privada, que deverá atender apenas a duas condições: cumprir as normas gerais de educação nacional e permitir a fiscalização de seu desempenho pelo poder público.

O Estado ficou com o dever de garantir o ensino fundamental obrigatório e gratuito, procurando estendê-lo progressivamente ao médio. Os recursos públicos devem ser aplicados

na escola pública, com exceção das escolas comunitárias e filantrópicas, que poderão receber ajuda do Estado desde que não tenham fins lucrativos e repassem seu patrimônio a outra escola de idêntico fim, quando do encerramento de suas atividades.

O salário-educação recolhido pelas empresas será destinado ao financiamento do ensino fundamental. No caso de custearem esse ensino a seus empregados e dependentes, as empresas poderão deduzir o valor dessa aplicação da contribuição.

O texto aprovado também obriga o Estado a ampliar a rede de ensino e imputa responsabilidade à autoridade governamental que não oferecer o ensino fundamental. O não cumprimento dessas obrigações poderá ensejar a entrada de mandado de injunção na Justiça.

Empresários ligados aos setores da indústria, comércio e agricultura estiveram reunidos ontem na sede da Confederação Nacional da Indústria, em Brasília, para traçar uma estratégia a ser seguida pelo empresariado durante o segundo turno de votação da Constituinte.

(Ver página 10)